

# FUNDO ESCOLA DE TEATRO LEOPOLDO FRÓES E A APLICABILIDADE DAS NORMAS DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

## **Rosani Beatriz Pivetta da Silva**

Professora do Departamento de Documentação na  
Universidade Federal de Santa Maria  
E-mail: [r.pivetta24@gmail.com](mailto:r.pivetta24@gmail.com)

## **Greta Dotto Simões**

Arquivista na Universidade Federal do Rio Grande  
E-mail: [gretadotto@furg.br](mailto:gretadotto@furg.br)

## **Danilo Ribas Barbiero**

Professor do Departamento de Documentação na  
Universidade Federal de Santa Maria  
E-mail: [perquirere16@gmail.com](mailto:perquirere16@gmail.com)

**Resumo:** Este artigo contém a aplicação e a análise de duas normas de descrição arquivística no acervo documental da Escola de Teatro Leopoldo Fróes (ETLF). O fundo institucional integra o arquivo da Casa de Memória Edmundo Cardoso (CMEC), localizada em Santa Maria, RS. As normas aplicadas foram: Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias - ISAAR (CPF) e a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE). Os três Instrumentos de Pesquisa (IPs) resultantes desta ação foram: Registro de Autoridade Arquivística da *Escola de Teatro Leopoldo Fróes*, Descrição do fundo *Escola de Teatro Leopoldo Fróes* e Descrição das peças teatrais encenadas pela *Escola de Teatro Leopoldo Fróes*. A implementação das normas de descrição no conjunto documental permitiu demonstrar a sua utilidade na prática arquivística. O estudo também possibilita a produção de mais instrumentos de descrição e de pesquisa na CMEC, assim como em outras instituições custodiadoras de acervos arquivísticos.

**Palavras-chave:** Arquivos Privados. Normas. Descrição. Instrumento de Pesquisa.



# 1 INTRODUÇÃO

Este artigo foi elaborado a partir da pesquisa *Estudo da aplicabilidade das Normas de descrição Arquivística no Fundo Escola de Teatro Leopoldo Fróes*, desenvolvida no Curso de pós-graduação especialização à distância Gestão em Arquivos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). O estudo apresenta a análise e aplicação de duas normas descritivas no acervo documental da *Escola de Teatro Leopoldo Fróes* (ETLF). O fundo institucional integra o arquivo da Casa de Memória Edmundo Cardoso (CMEC), localizada em Santa Maria, RG.

As normas aplicadas foram a Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias – ISAAR (CPF) e a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE). Os três Instrumentos de Pesquisa (IPs) resultantes desta ação foram: Registro de Autoridade Arquivística da *Escola de Teatro Leopoldo Fróes*, Descrição do Fundo *Escola de Teatro Leopoldo Fróes* e Descrição das peças teatrais encenadas pela *Escola de Teatro Leopoldo Fróes*.

A execução das normas de descrição no conjunto documental permitiu demonstrar a sua utilidade na prática arquivística. A descrição de documentos arquivísticos, função que tem por objetivo representar as informações de maneira formal e conceitual, resulta na produção de IPs, com a sua implementação em Arquivos, norteadas no uso de normas, garantindo o acesso às informações custodiadas em diferentes instituições.

O atendimento às normas permite a padronização da descrição arquivística, assegurando a qualidade dos processos descritivos, bem como o comprometimento do Arquivista, que tem, entre outras atribuições, o compromisso de preservar e divulgar a memória do patrimônio documental sob sua custódia.

O objetivo geral do estudo foi viabilizar a aplicação de normas descritivas no fundo ETLF. Os objetivos específicos foram: realizar um estudo sobre as normas de descrição arquivística, estudar a história administrativa do fundo ETLF e efetivar sua descrição arquivística. A realização de um estudo científico no acervo documental da CMEC, instituição privada com finalidade cultural, tem um significado singular na história de Santa Maria. Esse acervo, em particular, faz um recorte de um período cultural relevante que destaca o seu idealizador: Edmundo Cardoso.

O fundo ETLF foi escolhido devido as suas características e pela relevância histórico-cultural à cidade de Santa Maria. O fundo institucional está custodiado no arquivo da CMEC, reunido e preservado na época por Edmundo Cardoso, o principal fundador e diretor da Escola de Teatro, em todo o período das suas atividades. Apaixonado pela arte teatral e cinematográfica, Edmundo Cardoso teve a sua trajetória marcada, principalmente, pela criação e atuação na instituição referenciada, fazendo com que essa tivesse um número significativo de pesquisas de grande diversidade temática: cultura, artes, sociedade da época, entre outras. Outros elementos justificam a escolha do Fundo: dar continuidade aos trabalhos arquivísticos desenvolvidos na CMEC, utilizando o sistema de descrição arquivística na instituição, com procedimentos padronizados e metodológicos.

### **1.1 Breve histórico da Casa de Memória Edmundo Cardoso e da Escola de Teatro Leopoldo Fróes**

Edmundo Cardoso nasceu em Santa Maria, Rio Grande do Sul, em 29 de janeiro de 1917, filho de Etelvino Cardoso e de Regina Diehl Cardoso. Em junho de 1932, aos 15 anos, diplomou-se no Curso de Guarda-Livros, pelo Colégio Fontoura Ilha. Atuou como jornalista, funcionário da justiça, escritor, ator e diretor de teatro. Ele iniciou sua carreira jornalística no jornal

*Diário do Interior*, em 1933, onde teve a oportunidade de trabalhar ao lado de seu pai. Também atuou na cidade como representante dos jornais *Diário de Notícias* e *Diário do Estado*. A partir de 1934, com a fundação do jornal *A Razão*, passou a colaborar com a produção de artigos e crônicas sobre a história da cidade de Santa Maria. Entre as décadas de 1970 a 1980, foi cronista na Rádio Imembuí, em um programa diário que abordava temas relevantes do cotidiano.

Por mais de 40 anos atuou como funcionário da Justiça, sendo que de 1938 a 1941 foi avaliador judicial e de 1941 a 1980 foi escrivão judicial do 2º Cartório de Civil e Crime da Comarca de Santa Maria. Em 1944, com o apoio de mais dois colegas, fundou a Associação dos Serventuários da Justiça de Santa Maria e do Rio Grande do Sul (hoje denominada Associação dos Servidores da Justiça do Rio Grande do Sul).

Como escritor, publicou quatro livros e diversos outros artigos e crônicas. Além disso, os outros textos sobre teatro, jornalistas, governantes e fatos da cidade foram compilados, em 2008, em uma única obra denominada *Santa Maria: Vivências e Memórias de Edmundo Cardoso*. Edmundo Cardoso também participou de clubes e associações, sendo homenageado pelo seu trabalho em prol da cultura e história de Santa Maria.

Desde a sua infância, Edmundo Cardoso frequentou locais de encontro de intelectuais de sua cidade natal, como o Café Guarany e o Café Paris, além do Cine-teatro Coliseu, Cine-teatro Independência e outros. Desta forma, desenvolveu seu gosto pelas artes e cultura e começou a reunir livros, fotografias, revistas, jornais e qualquer documento que pudesse referenciar fatos, acontecimentos e personalidades da cidade de Santa Maria.

Este hábito ganhou maior incentivo com a compra de sua residência, em 1944, assegurando um local apropriado para a guarda de seus materiais. Ainda, preservou os documentos que produzia e recebia decorrentes de seus trabalhos profissionais,

participações em eventos e instituições (como membro e/ou criador), relações familiares e amizades com pessoas influentes no cenário histórico-cultural da cidade.

Edmundo Cardoso tinha o apoio e auxílio de sua esposa Edna Mey Cardoso, até o falecimento dela, em 1979. Os documentos pessoais de Edna Mey foram mantidos sob custódia da família, assim como os documentos de seus pais, Leon Budin e Maria Sevlever Budin, de seu tio Abraão Budin e de seu irmão Naon Emilio Budin. Com esse acervo, Edmundo atendia pesquisadores e estudantes interessados na história de Santa Maria. Nos últimos anos de vida, as atividades de organização e pesquisa desenvolvidas por Edmundo foram, os poucos, sendo assumidas pela sua família.

Após o falecimento de Edmundo, em 5 de dezembro de 2002, sua segunda esposa, Therezinha de Jesus Pires Santos, bem como sua filha, Gilda May Cardoso, planejaram a criação de um espaço de memória. Sob a denominação *Casa de Memória Edmundo Cardoso*, a instituição é mantida com recursos das próprias organizadoras e custodia três acervos: um arquivo, uma biblioteca e um museu ainda em organização. O Arquivo da CMEC é formado por fontes de pesquisa de valor histórico-cultural do município de Santa Maria.

Os documentos apresentam diversos gêneros: textuais, iconográficos, cartográficos, sonoros, audiovisuais e filmográficos, e em sua maioria, constituem os fundos e coleções do acervo. Em 1943, através de um pedido do Grêmio das Formandas do Colégio Centenário, Edmundo Cardoso e Setembrino Souza formaram um grupo que encenou a peça *Saudade*, e Paulo Magalhães. A organização do espetáculo tinha como objetivo angariar valores para o Grêmio do Colégio Centenário. O grupo era formado por: Dalton Couto, Setembrino Souza, Nair Miorim, Adyles da Silva, Edmundo Cardoso, Atia

Paiva Mendes e Isa Prestes, com os técnicos Marconi Mussoi, José Medeiros, Luiz Gonzaga Schleiniger e Adão Flores. De acordo com registros da época, a encenação ocorreu no dia 30 de julho de 1943, no *Teatro Imperial*. Dois meses depois, o mesmo grupo montou a comédia *Compra-se um Marido*, de José Wanderley. Após o sucesso dos espetáculos, em 10 de dezembro de 1943, fundou-se a *Escola de Teatro Leopoldo Fróes*. A criação teve o apoio de intelectuais da cidade, artistas amadores, apreciadores da arte e do Jornal *A Razão*.

Na ETLF foram encenadas mais de 40 peças teatrais de diferentes gêneros. O auge do sucesso pode ser demonstrado pelas temporadas realizadas em 1954, 1955 e 1964, no Teatro São Pedro, em Porto Alegre, com as peças *Curvas Perigosas*, *Espectros*, *As Bodas do Diabo*, *A Raposa e as Uvas* e *O Asilado*. Além das várias participações em festivais, eventos sociais e comemorações do aniversário de 25, 30, 35 e 40 anos de fundação da ETLF. Algumas das atividades da Escola foram homenagens aos seus componentes e a artistas brasileiros por meio da inauguração de bustos de estátuas e denominações de ruas.

Na Escola de Teatro foi fundado um Coral, em 1968, sob a regência da maestrina Cacilda Frantz Bohrer. O coral participou de vários festivais nacionais de coros. Destaca-se ainda o Teatro de Fantoches, criado por Edna Mey Cardoso, atriz que atuou em muitas peças. A ETLF encerrou suas atividades em 1983.

## **2 REVISÃO DA LITERATURA**

Esta seção tem por finalidade apresentar os conceitos relacionados com os objetos de estudo do artigo: arquivos privados e descrição arquivística. Sobre as normas de descrição arquivística, abordamos aspectos gerais da ISAD(G), ISAAR(CPF) e NOBRADE.

### **2.1 Arquivos privados**

A Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que determina a política nacional de arquivos públicos e privados, no artigo 11º considera que “os arquivos privados são entendidos como os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades”.

A implementação e o aperfeiçoamento da política nacional de arquivos públicos e privados são objetivos do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), órgão vinculado ao Arquivo Nacional. Os arquivos privados dividem-se em três categorias:

[...] arquivos pessoais – também considerados arquivos privados propriamente ditos - os constituídos por documentos produzidos e/ou recebidos por uma pessoa física (cidadão, profissional, membro de uma família ou elemento integrante de uma sociedade), enfim, de documentos que, preservados para além da vida dessa mesma pessoa, constituem seu testemunho, como um conjunto orgânico, podendo então estar abertos à pesquisa pública. (BELLOTTO, 2004, p.256).

Ao conceituar arquivos pessoais, Bellotto destaca a relevância deste conceito para a memória social em sentido amplo, não se restringindo apenas aos documentos de cientistas, artistas ou políticos de amplo reconhecimento do público. Para a autora, os arquivos pessoais são os documentos de *qualquer* cidadão:

[...] que apresente interesse para a pesquisa histórica, trazendo dados sobre a vida cotidiana, social, religiosa, econômica, cultural do tempo em que viveu ou sobre a sua própria personalidade e comportamento. (BELLOTTO, 2006, p.256)

Os arquivos pessoais, circunscritos no campo dos arquivos privados, constituem objeto de estudo recente na e para a Arquivística brasileira. Devido às especificidades, exigem um

novo olhar dos arquivistas no que se refere às metodologias dirigidas para o tratamento técnico-científico. Campos, sobre os arquivos pessoais, sinalizou a preocupação ao investigar a memória dos professores da Universidade de São Paulo (2014, p. 26):

Os conjuntos de documentos acumulados por pessoas constituem, de fato, um problema complexo e bastante especial. Seus contornos, fluidos e indefinidos, comportam grande variedade de tipos documentais - muitas vezes em suportes e formatos inusitados - que os fazem diferir radicalmente dos arquivos de natureza institucional, oferecendo dilemas e desafios aos arquivistas dedicados à organizá-los e descrevê-los.

De forma a garantir aos pesquisadores a preservação e o acesso em novas fontes primárias, torna-se necessário um planejamento das ações a serem implementadas em arquivos privados. Além disso, exige-se uma investigação detalhada da história da instituição e fundamentação na teoria e prática arquivística, principalmente na temática relacionada aos arquivos pessoais.

## **2.2 A descrição Arquivística e os instrumentos de pesquisa**

Uma das funções da Arquivística é a descrição, que consiste na representação de informações dos documentos de arquivo, desde seu conteúdo até aspectos formais. Conforme a ISAD(G) (2001, p. 1):

O objetivo da descrição arquivística é identificar e explicar o contexto e o conteúdo de documentos de arquivo a fim de promover o acesso aos mesmos. Isto é alcançado pela criação de representações precisas e adequadas e pela organização dessas representações de acordo com modelos predeterminados. Processos



relacionados à descrição podem começar na ou antes da produção dos documentos e continuam durante sua vida. Esses processos permitem instituir controles intelectuais necessários para tornar confiáveis, autênticas, significativas e acessíveis descrições que serão mantidas ao longo do tempo.

A descrição é empregada geralmente em arquivos permanentes, pelos seguintes motivos: todos os documentos selecionados e descritos são de guarda permanente e o uso garantido a várias gerações. Dessa forma, os recursos disponibilizados para a produção de descrições são aproveitados de forma integral.

Os Arquivos Históricos ou Públicos apresentam, em sua maioria, vários fundos de diferentes entidades produtoras, sendo que uma descrição em nível geral orienta o pesquisador na compreensão do acervo em sua totalidade. Assim, as descrições podem auxiliar a divulgação do acervo em vários aspectos: história e contexto de formação, potencialidades de suas fontes documentais à pesquisa, serviços oferecidos, horários de atendimento, condições para a pesquisa, requisitos para a reprodução e uso dos documentos etc.

Em arquivos privados, Schellenberg (2006, p. 313) infere que, ao realizar a descrição:

o arquivista se inteira da procedência, do conteúdo, do arranjo e do valor dos papéis. Esses dados são por ele registrados em instrumento de busca que serve a um duplo propósito: a) tornar os papéis conhecidos às pessoas que possam vir a se interessar pelos mesmos; e b) facilitar ao arquivista a pesquisa.

A descrição, por largo período da história dos arquivos, foi concebida mais como uma prática, não sendo orientada por meio de normas elaboradas, padronizadas e difundidas pela comunidade científica arquivística em nível mundial. Podemos

destacar a ISAD (G) como um divisor de águas neste campo de estudos. Em suas reflexões, guiadas pela prática arquivística, Michel Fox salienta a importância de normas para os Arquivos e a sua relação com o acesso aos documentos:

Quando cada arquivo decide, individualmente, quais elementos de informação serão usados para descrever seu acervo, como o conteúdo de cada elemento de informação será expresso e a sequência na qual a informação é organizada e apresentada ao usuário, nossos instrumentos de pesquisa tornam-se torres de Babel para os pesquisadores. (FOX, 2007, p. 26).

A descrição tem como efeito a elaboração de instrumentos de pesquisa (IPs), que “são as ferramentas utilizadas para descrever um arquivo, ou parte dele, tendo a função de orientar a consulta e determinar com exatidão quais são e onde estão os documentos”. (Lopez, 2002, p.10). O Dicionário de Terminologia Arquivística (1996, p.45) conceitua os instrumentos de pesquisa como uma:

[...] obra de referência, publicada ou não, que identifica, localiza, resume ou transcreve, em diferentes graus e amplitudes, fundos, grupos, séries e peças documentais existentes num arquivo permanente, com a finalidade de controle e de acesso ao acervo.

Os IPs orientam tanto o corpo técnico do arquivo no controle do acervo documental como os usuários no desenvolvimento de suas pesquisas.

Devido à sua importância para o acesso e uso dos documentos, os IPs são publicados em meios impressos e/ou eletrônicos, conforme os recursos disponíveis pela instituição.

Os principais tipos de instrumentos são: guia, inventário, listagem descritiva do acervo, catálogo, catálogo seletivo ou

repertório, índice e tabela de equivalência ou concordância. Os diversos formatos de apresentação devem ser estudados, analisados e aplicados conforme as condições e necessidades da instituição arquivística, de seu acervo documental e de seus usuários.

### **2.3 As normas de descrição Arquivística: ISAD(G), ISAAR(CPF) e NOBRADE**

A ISAD (G) compreende 26 elementos que servem como base de pontos de acesso para a recuperação da informação. Compreendem o nome do elemento, explicação de sua finalidade na descrição, regras gerais e exemplos de aplicação. Todos os 26 elementos podem ser utilizados, sendo que apenas 6 elementos são essenciais ao intercâmbio de informações descritivas: código de referência, título, produtor, data(s), dimensão da unidade de descrição e nível de descrição.

A Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades coletivas, Pessoas e Famílias, ISAAR (CPF), tem por finalidade controlar os pontos de acesso em descrições arquivísticas, mais especificamente, descrever produtores de documentos e demonstrar as diversas relações que possuem com outros produtores, com documentos produzidos e/ou outros recursos. Esta norma define os elementos de informação para um registro de autoridade arquivística, ou seja, descreve produtores de documentos que podem ser entidades coletivas, famílias e pessoas.

Também orienta o uso desses registros em um sistema descritivo. A descrição de produtores de documentos pode ser citada na ISAD (G) ou normas nacionais existentes. Assim aconselha-se que as duas normas sejam usadas conjuntamente.

Os 27 elementos de descrição que compõem a norma estão organizados em quatro áreas: 1) Área de Identificação; 2) Área de Descrição; 3) Área de Relacionamentos e 4) Área de Controle.

A preocupação com a presença de normas que orientassem o trabalho de descrição em arquivos brasileiros levou o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) a criar em 2001 a Câmara Técnica de Normalização de Descrição Arquivística (CTNDA) com o objetivo de elaborar normas nacionais para a aplicação da ISAD (G). O resultado do trabalho da CTNDA foi a criação da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), publicada pelo Arquivo Nacional em 2006. A norma foi elaborada com base na ISAD (G) e ISAAR (CPF), com adaptação à realidade brasileira, e objetiva fornecer diretrizes para a descrição arquivística, visando facilitar a troca de informações em âmbito nacional e internacional.

A NOBRADE adota os princípios básicos da ISAD (G), que estabelece uma hierarquia das descrições por meio de quatro regras fundamentais que devem ser seguidas: descrição do geral para o particular; informação relevante para o nível de descrição; relação entre descrições; e não repetição da informação. Em relação à ISAD (G), ainda contém mais uma área (a última) e dois elementos de descrição.

Os seis principais níveis considerados são: acervo da entidade custodiadora (nível 0); fundo ou coleção (nível 1); seção (nível 2); série (nível 3); dossiê ou processo (nível 4) e item documental (nível 5). Apresenta ainda outros níveis intermediários: acervo da subunidade custodiadora (0,5); a subseção (2,5) e a subsérie (nível 3,5). A estrutura da NOBRADE oferece ao trabalho descritivo 28 elementos distribuídos em 8 áreas: 1) Área de identificação, 2) Área de contextualização, 3) Área de conteúdo e estrutura, 4) Área de condições de acesso e uso, 5) Área de fontes relacionadas, 6) Área de notas, 7) Área de controle da descrição e 8) Área de pontos de acesso e descrição de assuntos. Os elementos de descrição obrigatórios são 7: código de referência, título, data(s), nível de descrição, dimensão e suporte,

nome(s) do(s) produtor (es), condições de acesso (somente para descrições em níveis 0 e 1).

## **2.4 Descrição arquivística: discussões contemporâneas**

A descrição arquivística, bem como as demais funções dos arquivos, vem sendo discutida por profissionais e pesquisadores. Temas relacionados como arquivos pessoais e documentos arquivísticos digitais mobilizam a atenção em contextos cada vez mais fluídos.

Estamos tratando de arquivos pessoais sendo produzidos em plena cultura digital. Como os arquivos pessoais desta geração serão arranjados e descritos no futuro?

Conforme o Conselho Internacional de Arquivos (CIA) e o Jornal da Associação dos Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas de Portugal (2017), em 2016 o Grupo de Especialistas em Descrição Arquivística do CIA (EGAD) anunciou o lançamento para consulta pública da versão preliminar da primeira parte de uma norma em duas seções para descrição arquivística denominada *Records in Contexts* (RIC), Documentos em Contextos.

Desde 2012, o EGAD vem elaborando a nova norma para a descrição de documentos com base nos princípios arquivísticos. Durante seu trabalho, foram levadas em consideração as críticas das práticas atuais, os modelos conceituais nacionais existentes e em elaboração, bem como os modelos conceituais de comunidades profissionais próximas e as oportunidades apresentadas pelas novas e emergentes tecnologias de comunicação. O objetivo da RIC é conciliar, integrar e construir a partir das quatro normas existentes: Norma geral internacional de descrição arquivística (ISAD (G)); Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias (ISAAR (CPF)); Norma internacional para

descrição de funções (ISDF); e Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico (ISDIAH).

Entendemos a RIC como um desenvolvimento necessário para a descrição, considerando que os arquivistas atualmente trabalham com documentos arquivísticos convencionais e digitais. As contribuições teóricas da escola arquivística pós-moderna contribuíram para este desenvolvimento, quando problematiza os princípios e práticas nas atividades descritivas. Nesse sentido, para Tognoli (2013, p. 149):

O arranjo e a descrição de documentos, como consequência, devem se concentrar menos nas entidades físicas documentais, uma vez que em meio eletrônico isso nada quer dizer. É necessário que seja desenvolvido um entendimento contextual das múltiplas relações e inter-relações do documento com o seu universo de criação. É preciso descrever o processo de criação e a manutenção dos documentos, e entendê-los além dos fundos, ou seja, entender quem os produz, para quem foi produzido, em que contexto e quais foram os processos desempenhados nesta atividade.

### 3 METODOLOGIA

A pesquisa de abordagem qualitativa tem características de estudo de caso, visto que essa tem por finalidade o comportamento de um sujeito, de um dado acontecimento, de um grupo de sujeitos ou de uma instituição, considerados como entidade única, diferente de qualquer outra, numa dada situação contextual específica (CAETANO, 2012). A revisão teórica do *Design* Metodológico compreende a seguinte temática: Arquivos Privados, Descrição e Normas Arquivísticas.

Foi realizada a análise das últimas versões das normas de descrição arquivística, produzidas até o final de 2013, pelo

Comitê de Boas Práticas e Normas do Conselho Internacional de Arquivos e pela Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística do Conselho Nacional de Arquivos. Na sequência, foram identificadas as características como o conteúdo, a estrutura, o uso e a importância de cada norma a fim de atingir os resultados esperados na descrição dos conjuntos documentais. Nas etapas seguintes à pesquisa foram realizadas buscas no *website* do Arquivo Nacional<sup>1</sup> e em teóricos Arquivísticos, com destaque para a edição da revista *Acervo*, que trata sobre normas e terminologia em Arquivos.

Realizada essa etapa, foi analisada a história administrativa da *Escola de Teatro Leopoldo Fróes*, os 40 anos de sua existência, e sua repercussão no cenário cultural da cidade gaúcha, evidenciando a importância da preservação e difusão dos seus acervos documentais. Ainda, na busca dos dados referentes à pesquisa, foram analisados os documentos que registram a formação, a história e a organização da CMEC (que mantém sob custódia o conjunto documental mencionado), assim como a trajetória do patrono da referida instituição, Edmundo Cardoso.

Os critérios de escolha para as normas de descrição arquivística foram: as características e realidade da instituição cultural e seu acervo documental arquivístico; prazo para a elaboração do relatório monográfico e satisfação dos usuários do acervo (internos e externos), facilitando a pesquisa e troca de informações com outras instituições. As normas escolhidas e aplicadas foram a NOBRADE e a ISAAR (CPF).

Na aplicação da norma ISAAR (CPF) para o Registro de Autoridade Arquivística da Escola de Teatro Leopoldo Fróes, foi realizado um estudo mais detalhado sobre a história administrativa da ETLF, por meio de pesquisas em documentos que constituem o Fundo, como aqueles referentes à administração e funcionamento, encenação de peças teatrais e outras atividades

---

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br>>. Acesso em: jan. 2017.

promovidas. A ordem e numeração das cinco áreas que constituem o Registro e de seus respectivos elementos foram mantidas de acordo com a designação dada pela ISAAR (CPF), sendo que os elementos obrigatórios foram respeitados. Conforme orienta a ISAAR (CPF), para preencher áreas destinadas à identificação de datas, foi necessária uma consulta à *ISO 8601: Data elements and interchange formats – Information interchange – Representation of dates and times*, publicada em 2000. A norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), NBR 6023: Informação e Documentação, referências, elaboração, publicada em 2002, também foi utilizada na criação do registro de autoridade.

A descrição do conjunto documental da ETLF, elaborada conforme a NOBRADE, teve como resultado a elaboração do IP denominado *Descrição do Fundo Escola de Teatro Leopoldo Fróes*, contendo uma descrição realizada, em nível 1, que equivale a fundos documentais e coleções. Este instrumento é formado por seis áreas, compreendendo, no total, 17 elementos, selecionados de acordo com a obrigatoriedade estabelecida pela NOBRADE e necessidade de complementação da descrição. O elemento denominado *Condições de Acesso*, da *Área de Condições de Acesso e Uso*, obrigatório na descrição de nível 0 e 1, para entidades ou fundos e coleções, respectivamente, foi incluído no referido IP. Os IPs *Registro de Autoridade Arquivística da Escola de Teatro Leopoldo Fróes* e *Descrição do Fundo Escola de Teatro Leopoldo Fróes* encontram-se de forma íntegra disponível na seção *Instrumento de Pesquisa*, no *website* da Casa Memória Edmundo Cardoso (CMEC)<sup>2</sup>.

Outro IP denominado *Descrição das peças teatrais encenadas pela Escola de Teatro Leopoldo Fróes*, produzido com base na NOBRADE, apresenta 3 áreas e 13 elementos, tendo sido respeitado os elementos obrigatórios exigidos pela norma.

---

<sup>2</sup> Disponível em: < <https://casamemoriaedmundo.wordpress.com>>. 2017.



Durante a sua elaboração realizou-se pesquisas nos documentos que compõem os dossiês das peças teatrais, além de contatos informais com as coordenadoras da Casa de Memória, principalmente Gilda May, que como atriz, participou de muitas encenações e momentos históricos da Escola.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Apresentam-se a análise das normas de descrição arquivística e alguns excertos dos IPs produzidos a partir da implementação do trabalho descritivo no Arquivo da CMEC, com a finalidade de ilustrar a dimensão prática do estudo e instigar o leitor a buscar mais informações sobre o trabalho desenvolvido.

### **4.1 Análise e identificação das normas de descrição arquivística**

Por meio das estratégias metodológicas, identificamos as seguintes normas de descrição: a) ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística; b) ISAAR (CPF): Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias; c) ISDF: Norma Internacional para Descrição de Funções; d) ISDIAH: Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico e, e) NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística.

Todas as normas possuem uma estrutura formada por áreas de informação com seus respectivos elementos de descrição, sendo que os elementos apresentam 4 características: nome, declaração do objetivo, regra (s) geral (is) aplicada (s) e exemplo ilustrativo da interpretação e implementação da regra. A NOBRADE contém também, de forma complementar, comentários em que são fornecidas informações sobre a importância e funcionamento do elemento de descrição e procedimentos que detalham a (s) regra (s) geral (is).

A estrutura e o conteúdo das diferentes áreas de informação descritivas das normas pesquisadas devem ser seguidos levando-se sempre em conta as necessidades e características de cada elemento descrito, por isso não há interferência em relação ao formato e apresentação final da descrição. O mesmo ocorre na elaboração de instrumentos de pesquisa baseados na NOBRADE. A norma exige apenas a presença de alguns elementos descritos, identificados como obrigatórios devido à importância para a criação de pontos de acesso. Recomenda-se o uso das normas em conjunto no contexto de um sistema de descrição arquivística, possibilitando, por exemplo, que descrições de instituições com acervo arquivístico possam ser associadas a conjuntos documentais e estes, com registros de autoridade.

#### **4.2 O Registro de Autoridade Arquivística da ETLF**

O Registro de Autoridade Arquivística da Escola de Teatro Leopoldo Fróes foi produzido de acordo com a ISAAR (CPF) por meio de consultas em documentos que constituem o fundo documental da ETLF, custodiado pela CMEC.

O Registro de Autoridade Arquivística permitiu descrever a história da Instituição por meio da identificação das informações sobre o seu funcionamento, data de existência, atividade-fim, eventos e homenagens promovidas, relações intersociais entre outras. Também possibilitou referenciar materiais arquivísticos relacionados com a instituição. Este IP apresenta uma estrutura formada por 18 elementos compreendidos em 4 áreas. Também apresenta uma quinta área, com a identificação de 4 materiais arquivísticos relacionados à instituição, contendo 4 elementos de descrição cada um. A ordem e numeração das 5 áreas totais e de seus respectivos elementos de informação foram mantidas de acordo com a designação dada pela ISAAR (CPF), sendo os elementos obrigatórios respeitados.

A quinta e última área do IP associa a descrição do

produtor de documentos com a descrição do conjunto documental, o Fundo ETLF, descrição esta elaborada de acordo com a NOBRADE. Também identifica a relação com a descrição da CMEC, conforme orientação da ISDIAH, a descrição de outros dois fundos que compõem o arquivo da instituição, descritos conforme a NOBRADE e, ainda associa a dois IPs, ligados pelo mesmo assunto. Em uma descrição com base na NOBRADE, a associação é indicada nos elementos *Nome (s) do (s) produtor (es)* e *História administrativa/Biografia* e em uma descrição, conforme a ISDIAH, apontada em uma área específica (neste caso, a última), em que associa a descrição com materiais arquivísticos e seus produtores.

Esta ação é defendida pela ISAAR (CPF), na qual orienta que “seja usada em conjunção com as normas nacionais existentes ou como base para o desenvolvimento destas”. Sua utilização facilita a gestão de documentos e a pesquisa, visto que o usuário tem subsídio para apurar onde encontrar um documento ou um conteúdo. Ainda, outro potencial do sistema de relacionamentos cruzados na cena arquivística é que “a estrutura existente de um sistema arquivístico pode ser tornada mais transparente para os nossos usuários.” (ARQUIVO NACIONAL, 2007, p. 44).

**Figura 1** – Áreas 1 a 3 do IP Registro de Autoridade Arquivística da ETLF.

1 ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO		
1.1 Tipo de entidade	Pessoa	
1.2 Forma(s) autorizada(s) do nome	Cardoso, Edmundo, 1917-2002	
2 ÁREA DE DESCRIÇÃO		
2.1 Datas de existência		n. 29/1/1917; m. 5/12/2002
	Datas ISO 8601	n. 1917-1-29/ m. 2002-12-5
3 ÁREA DE RELACIONAMENTOS		
3.1 Nomes/ identificadores das entidades coletivas, pessoas ou famílias relacionadas	Nome:	Edna Mey Cardoso
	Identificador:	BR RSCMEC CMEC P02
3.2 Categoria do relacionamento	Familiar	
3.3 Descrição do relacionamento	Marido de Edna Mey Cardoso	
3.4 Datas do relacionamento	16/01/1943-19/02/1979	

**Fonte:** *Website* da CMEC.

Para exemplificar, apresenta-se um excerto do IP (Figura 1), com três áreas. Enfatiza-se que os IPs poderão ser acessados na íntegra no *website* da CMEC.

A real função da norma ISAAR (CPF) é demonstrada pela importância do contexto de produção de documentos. Sua estrutura garante aos usuários uma melhor compreensão sobre a produção e uso dos documentos por meio da identificação de informações sobre seu produtor, fornecendo mais subsídios para a interpretação de seu sentido e significado.

#### 4.3 A descrição do conjunto documental da ETLF

A descrição do fundo ETLF foi produzida conforme a NOBRADE, mediante consulta aos documentos do fundo e observação direta. O instrumento apresenta uma descrição em *nível 1*, um dos principais níveis identificados pela NOBRADE, formada por 8 áreas que compreendem 18 elementos em seu total. A escolha dos elementos descritivos de cada área está ligada às características da CMEC e acervo documental da Escola de Teatro e a obrigatoriedade estipulada pela referida norma.

O uso da NOBRADE na descrição do fundo documental assegura o uso de uma estrutura padronizada, possibilitando o intercâmbio das informações, o acesso e o uso dos documentos do conjunto. Além disso, serve aos usuários que tenham interesse em conhecer o conteúdo informacional dos registros arquivísticos da Escola de Teatro, assim como aqueles usuários que desejam aprimorar o entendimento sobre a mesma. Também serve para divulgar as potencialidades e incentivar a pesquisa histórica sobre a ETLF. A Figura 3 apresenta dois excertos do IP desenvolvido na descrição do fundo.

**Figura 2** - Áreas 1 e 4 do IP Guia do Arquivo da Casa de Memória Edmundo Cardoso.

## Fundo Escola de Teatro Leopoldo Fróes

### 1 Área de identificação

1.1 Código de referência: BR RSCMEC F04

1.2 Título: Escola de Teatro Leopoldo Fróes

1.3 Data(s): 1943-1983 (data de produção)

1.4 Nível de descrição: Fundo (1)

1.5 Dimensão e suporte: Documentos textuais: 4,30m; Documentos iconográficos: 1600 fotografias, 520 slides, 73 cartazes; Documentos cartográficos: 45 plantas.\*

\*Números aproximados.

### 4 Área de condições de acesso e uso

4.1 Condições de acesso: Acesso permitido somente com autorização.

4.2 Condições de reprodução: Somente com autorização e compromisso de crédito.

4.3 Idioma: Português.

Fonte: *Website* da CMEC.

### 4.4 A descrição dos dossiês das peças teatrais encenadas pela ETLF

A descrição arquivística dos dossiês das peças teatrais encenadas pela ETLF foi orientada pela NOBRADE, por meio de consultas aos documentos que compõem os quarenta dossiês da *Série Encenação de Peças Teatrais, Fundo Escola de Teatro Leopoldo Fróes*. Cada dossiê tem como título o nome da peça teatral e estão ordenados cronologicamente, desde a primeira peça encenada pela ETLF até a última, em 1983. Na figura 3, há algumas áreas e elementos descritivos do IP produzido a partir dos dossiês das peças teatrais encenadas pela ETLF:

**Figura 3** – Áreas 1 e 2 do IP referente à descrição dos dossiês da ETLF.

## Dossiê Era uma vez um vagabundo

### 1 Área de identificação

1.1 Código de referência: BR RSCMEC F04.S10.DO10

1.2 Título: Era uma vez um vagabundo

1.3 Data(s): 1947 (data de produção)

1.4 Nível de descrição: Dossiê (4)

1.5 Dimensão e suporte: Documentos textuais: 0,01 metro linear (pasta nº45)

### 2 Área de conteúdo sobre a peça

2.1 Gênero: Comédia

2.1 Autor: José Vanderley

2.2 Ano(s) de apresentação(ões): 1947

2.3 Local(is) de apresentação(ões): Colégio Centenário; Cine-Teatro Independência.

2.4 Elenco: *Elenco de atores*: Senador\_Marconi Mussoi; Plácido\_Edmundo Cardoso; Creado\_\_Silvio Santos Braga; Helena\_\_Dima Medeiros; Octavio\_\_Nicolau Viola; Sílvia\_\_Zelma Pires; Narciso\_\_José Medeiros; Luiz\_\_Luiz Carlos Serpa; Leonor\_\_Ruth Carrion. *Elenco técnico*: Contra-regra: Bráulio Souza; Ponto: Edna Mey Cardoso; Diretor artístico: Walter Grau; Diretor de cena: Edmundo Cardoso.

**Fonte:** *Website* da CMEC.

A descrição permitiu coletar informações sobre a identificação e história de cada conjunto documental (dossiês) conforme as expectativas dos usuários, visando um maior controle do conteúdo documental. Além disso, são previstos outros benefícios, tais como agilizar a consulta e o acesso aos documentos, evitar o manuseio desnecessário e possibilitar aos usuários da CMEC um conhecimento mais detalhado sobre a atividade-fim da ETLF e o seu potencial para a pesquisa histórica.

O IP resultante apresenta uma estrutura formada por 13 elementos compreendidos em três áreas. Os elementos obrigatórios foram mantidos e os elementos descritivos complementares do instrumento foram planejados e incluídos conforme as necessidades de pesquisa dos usuários e da administração interna.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O término da pesquisa que deu origem a este artigo proporcionou a compreensão sobre o movimento evolutivo no campo arquivístico em relação à criação de normas que fornecem orientação ao trabalho de descrição dos profissionais que se dedicam aos Arquivos. Para atingir seu objetivo geral, buscou-se a identificação e o estudo das normas de descrição arquivística, tanto em âmbito nacional, como internacional, sendo constatada uma uniformidade e consistência em seus conteúdos.

A estrutura e a capacidade de compreensão oferecida pelas normas aos profissionais que a empregam garantem a qualidade e padronização na produção e implementação de instrumentos de descrição, sendo possível sua adaptação de acordo com a realidade do elemento descrito. Por essa razão, pode-se afirmar que as normas não oferecem o instrumento pronto para a publicação, mas uma estrutura formada por áreas e elementos de descrição, com as informações julgadas necessárias para atingir a finalidade de cada norma. O Registro de Autoridade Arquivística da ETLF, instrumento de descrição produzido conforme a descrição da ISAAR (CPF), permitiu um estudo mais profundo sobre a história desta instituição e um enfoque maior no contexto de produção de documentos, fundamental na área arquivística. Neste sentido, os usuários terão subsídios para a realização das suas pesquisas, analisando o contexto de produção dos documentos, que constituem um dos fundos da Casa de Memória.

Acredita-se que a aplicação da ISAAR(CPF) sirva de incentivo e contribuição à realização de futuros trabalhos de descrição de outros produtores de documentos do ACMEC, assim como de outras instituições.

Na elaboração do instrumento de descrição e pesquisa referente ao fundo da ETLF, constatou-se que na descrição realizada foram registradas informações relevantes sobre o conjunto documental.



A divulgação dos três IPs produzidos atende uma das finalidades da instituição, a difusão e incentivam a pesquisa histórica, permitindo que um maior número de usuários conheça as potencialidades destes conjuntos documentais arquivísticos, de maneira fidedigna. Com relação à ETLF, o estudo permitiu reunir informações significativas sobre o conteúdo informacional de um dos conjuntos documentais mais pesquisados pelos usuários da Casa de Memória - e parte da história teatral do município de Santa Maria – e ter conhecimento da relevância dos registros para a preservação da memória da cidade.

Sugere-se que a CMEC continue desenvolvendo o trabalho de descrição arquivística da instituição, visando não só a aplicação da norma ISAAR (CPF) em outros fundos para registrar os produtores de documentos da instituição, mas também a aplicação da norma *ISDF*, que possui grande valor na descrição de funções, no momento em que ajuda a situar os documentos no contexto de produção e uso. Ressalta-se que a aplicação das normas com sistemas automatizados não foi um item abordado na pesquisa, sendo este um tema a ser explorado em futuros estudos.

## REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Acervo**: Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS – NÚCLEO REGIONAL DE SÃO PAULO. **Dicionário de Terminologia Arquivística**. São Paulo: Secretaria Estadual de Cultura, 1996.

RECORDS IN CONTEXT: O Modelo Relacional aplicado à Descrição Arquivística? **Notícia BAD**: Jornal da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, Portugal, 21 mar. 2017. Disponível em:<<https://www.bad.pt/noticia/2017/03/21/records-in-context-o-modelo-relacional-aplicado-a-descricao-arquivistica/>>. Acesso em: 8 set. 2017.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes**: Tratamento documental. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: Tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRASIL. **Lei n. 8.159 de 08 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm)>. Acesso em: 07 de jul. 2017.

CAETANO, L. M. D. **O papel do Software Educativo na Aprendizagem da Matemática**: um estudo de caso no primeiro ciclo do Ensino Básico. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade dos Açores, 2012.

CAMPOS, J. F. G. **Preservando a memória da ciência brasileira: os arquivos pessoais de professores e pesquisadores da Universidade de São Paulo**. 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

CASTANHO, Denise Molon, et al. **Uma política de arranjo documental para a Universidade Federal de Santa Maria**. Santa Maria: UFSM, CCSH, Departamento de Documentação, Curso de Arquivologia, 2001.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAAR (CPF)**: Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para

Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias: Segunda Edição. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD(G)**: Norma Geral Internacional De Descrição Arquivística. Adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISDF**: Norma Internacional para Descrição de Funções. Tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. 1. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISDIAH**: Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico/Conselho Internacional de Arquivos; tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **Records in context - Portuguese**. International Council on Archives, França, 2017.

FOX, Michel. **Por que precisamos de normas**. Acervo: Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v.20, n.1-2, p. 23-30, jan./dez., 2007.  
KICH, Tassiara Jaqueline Fanck. **Usuários e pesquisas do Arquivo da Casa de Memória Edmundo Cardoso**. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquivologia) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS. 2007.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Como descrever documentos de arquivo**: Elaboração de instrumentos de pesquisa. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.

OLIVEIRA, Ângela Aparecida de; RODRIGUES, Alécia Silva; RODRIGUES, Alex Silva; SOUSA; Ana Paula de Moura. **Princípios da descrição arquivística**: do suporte convencional ao eletrônico. Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p 38-51, ago/dez. 2006.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos Modernos Princípios e Técnicas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

TOGNOLI, N. B. **A Arquivística pós-moderna: perspectivas de renovação a partir da redefinição de princípios e conceitos arquivísticos**. LUNARDELLI, R. S. A.; ARAUJO, N. C.; VIGNOLI, R. G. (Org.). **Arquivologia: saberes docentes e discentes**. Londrina: Eduel, 2013.

### ***ARCHIVE GROUP “SCHOOL OF THEATER LEOPOLDO FRÓES” AND THE APPLICABILITY OF ARCHIVAL DESCRIPTION STANDARDS***

**Abstract:** *The article contains the application and analysis of two descriptive norms in the documentary collection from Leopoldo Fróes Theater School (ETLF). The archive group is part of the Casa de Memória Edmundo Cardoso (CMEC), located in Santa Maria, RS. The standards applied were: International Standard Archival Authority Record For Corporate Bodies, Persons and Families ISSAR (CPF) and the Brazilian Standard for Archival Description (NOBRADE). The three Finding Aid resulting from this action were: Archival Authority Record from Leopoldo Fróes Theater School, Description from Leopoldo Fróes Theater School Fundand Description of the theater plays stagedby Leopoldo Fróes Theater School. The implementation of the norms of description in the documentary set made it possible to demonstrate its usefulness in archival practice. The study also enables the production of more descriptive and research tools at CMEC, as well as other archival institutions.*

**Keywords:** *Private Records. Standards. Archival Description. Finding Aid.*

*Originais recebidos em: 29/07/2017*

*Aceito para publicação em: 13/09/2017*

*Publicado em: 20/10/2017*